

"Vamos garantir que os Estados Unidos são sérios quanto a restaurar a estabilidade e a confiança em nosso sistema"

De George W. Bush, presidente dos EUA, ontem, no terceiro pronunciamento na TV em menos de uma semana. Bush se referia à votação da lei que proveria US\$ 700 bilhões ao sistema financeiro. O plano foi rejeitado por 228 votos contra e 205 a favor, na Câmara.

O que é prosperidade?



JOSÉ ELI DA VEIGA

Antes que alguma coisa possa ser medida, deve haver algum consenso sobre sua própria definição. Por mais lógica que possa parecer tal afirmativa, não é o que mostra a experiência, e mostra com fina ironia. Costuma ocorrer exatamente o inverso: a definição é que resulta do modo que acaba sendo selecionado e convencionalizado para se mensurar.

Caso patente é o da prosperidade, valor comum a amplíssima gama de sociedades e culturas, e que no chamado Ocidente só foi consensualmente definido em meados do século passado, ao serem adotadas nas Nações Unidas as convenções necessárias ao surgimento de um sistema padronizado de contabilidade nacional. E se o PIB per capita emergiu como o indicador preferido, foi apenas porque uma opção muito melhor, o PNL (Produto Nacional Líquido), envolvia sérios obstáculos para os cálculos estatísticos das amortizações, sem que apresentasse evolução discrepante. Para que complicar, se o nacional líquido mudava em paralelo ao interno bruto?

Todavia, com intensa globalização, e com expansão do setor terciário, tal paralelismo deixou de existir. Além disso,

as crescentes preocupações ambientais não mais permitem que se ignore a depreciação do patrimônio natural. Então, mesmo que a prosperidade continue a ser definida pelas contas nacionais (o que não é fatalidade), será inevitável a substituição do PIB por um indicador que poderá ser apelidado de "PNL verde". E, mesmo assim, nada garante que tal medida possa realmente revelar aquilo que está no âmago da ideia de prosperidade: a melhora real da condição de vida das populações.

Essas foram algumas das razões básicas que levaram à identificação dos nove desafios a serem enfrentados pelo grupo de trabalho presidido por Enrico Giovannini, chefe da área de estatísticas da OCDE. Um time encarregado de abordar "clássicos problemas do PIB", o primeiro dos três temas em torno dos quais foi organizada a assim chamada Comissão Stiglitz ("Comissão sobre a mensuração do desempenho econômico e do progresso social" - CMDEPS: www.stiglitz-sen-fitoussi.fr).

1) migrar do PIB para a renda real líquida disponível para o conjunto da economia e para os domicílios, levando em conta depreciações, depleção dos recursos, degradação ambiental, transferências dentro e fora da economia, assim como índices de preços apropriados; 2) calcular a renda real disponível por unidade de consumo (domicílio corrigido) para diferentes grupos de renda e comparando médias e medianas; 3) para saúde, educação e ou-

tros serviços não-mercantis, inclusive os garantidos pelo governo, obter medidas de volume e de preços baseadas em outputs; 4) comparar a rendas aos ganhos e perdas de capital; 5) considerar o trabalho doméstico não-remunerado, inclusive em termos de desigualdades; 6) comparar trabalho doméstico não-remunerado e lazer; 7) considerar a educação como bem de investimento para construção de capital humano, assim como sua depreciação; 8) avaliar a segurança, particularmente quando garantida pelo setor público; 9) considerar todas as despesas defensivas, inclusive privados com segurança.

Mesmo que a prosperidade continue a ser definida pelas contas nacionais será inevitável a utilização de um indicador que leve em conta o fator ambiental

De forma tão telegráfica, esses nove pontos não podem dar ao leitor uma boa ideia das tarefas do grupo. Mas eles certamente são suficientes para que se perceba qual é o grau de consciência sobre o anacronismo da identificação da prosperidade com o PIB per capita. Pelo menos entre os estatísticos e os economistas que elaboraram a lista. Agenda de trabalho que também parece anunciar uma eventual redefinição de prosperidade, não mais vinculada exclusivamente a avalia-

ções de desempenho econômico, mas também aos benefícios que dele se espera em termos de "qualidade de vida".

É claro que essa alternativa não poderia ser o atual IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o indicador concorrente que obteve legitimidade. Principalmente porque uma de suas três dimensões é justamente aferida por versão ligeiramente corrigida do próprio PIB per capita, o que reproduz todos os problemas citados. É por causa disso que o IDH chega a sugerir a existência de um mesmo grau de prosperidade em situações tão simétricas quanto a dos Emirados Árabes Unidos (EAU) e a do Chile, classificados em 39º e 40º lugares entre os países de mais alto desenvolvimento no último Relatório do PNUD. De fato, em 2005 esses dois países empatavam na esperança de vida ao nascer: 78,3 anos. Mas o Chile estava muito mais avançado em termos educacionais, com 83% de escolarização, contra apenas 60% nos EAU. E, mesmo assim, foi o IDH dos Emirados (0,868) que ficou ligeiramente superior ao do Chile (0,867), por terem mais do que o dobro de PIB per capita: US\$ 25.514 contra US\$ 12.027 PPC.

Sabe-se que o Pnud (www.undp.org) está empenhado em profunda revisão das metodologias utilizadas nos cálculos de seus índices, para que a partir de 2010 o desenvolvimento, a pobreza e algumas desigualdades venham a ser aquilardados de forma mais razoável. Pode-se esperar, então, que seus técnicos tirem grande

proveito do relatório final da CMDEPS, que deverá estar pronto em meados de 2009. E que ainda antes também possam se beneficiar dos resultados de um ambicioso projeto do governo britânico cujo propósito é redefinir a prosperidade: www.sd-commission.org.uk/pages/redefining_prosperity.html

Forçoso constatar, portanto, que não há resposta simples, e muito menos definitiva, para a indagação que intitula este artigo. O que as ponderações acima parecem evidenciar é a importância que poderia ter um acompanhamento sistemático desses trabalhos por uma rede que viesse a se formar no Brasil, articulando pesquisadores das universidades e do sistema nacional de estatísticas liderado pelo IBGE. Para observar não apenas as três já mencionadas iniciativas oficiais, como também duas bem mais antigas: uma ONG dos EUA que já tem quase quinze anos, cuja missão é redefinir o progresso (www.rprogress.org), e um coletivo associativo, fundado há oito anos na França, voltado à reconsideração do que se entende por riqueza (www.collectif-richesses.org).

José Eli da Veiga é professor titular do departamento de economia da FEA-USP, pesquisador associado do "Capability & Sustainability Centre" da Universidade de Cambridge, e co-autor do livro para jovens "Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse?" (Autores Associados, 2008). Escreve mensalmente às terças. Página web: www.zeeli.pro.br

Cartas de Leitores

Correspondências para Av. Jaguaré, 1.485, CEP 05346-902 - SP ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Crise financeira

"A crise nos EUA na verdade é a crise do capitalismo, o fim do neoliberalismo. Com base na lei de mercado, tendo como principal fundamento as ações e as bolsas de valores, a especulação, eles queriam revolucionar o mundo. Resultado dessa política: o fortalecimento do individualismo e a crença de que todos nós podemos ficar ricos. Os americanos acreditaram tanto nisso que hipotecaram a própria casa para investir na bolsa. Foram além e adquiriram outras casas para aumentar os investimentos, até que alguém desconfiou desses papéis e cobrou a conta. Descobriu-se que nada disso tinha lastro ou cobertura. As pessoas que acreditaram e agora vão perder o básico, suas casas, ficarão sem poder consumir. Com esses ninguém se importa, a prioridade nesse sistema é salvar os bancos. Como sempre, é o trabalhador que vai ter reconstruir tudo, pagar a conta, perder seus empregos, diminuir seus salários, diminuir ou perder suas aposentadorias, seus direitos."

EMANUEL CANCELLA
emanuelcancellaa@uol.com.br

Operações com derivativos

"A matéria 'Operações de Risco', publicada na edição de ontem do Valor de 29/09, induz à reflexão sobre a extensão de responsabilidade de todo o corpo diretivo de uma empresa em caso da ocorrência de lucros cessantes decorrentes de erros cometidos por uma de suas diretorias. No entanto, a questão prática é que os maiores penalizados por esses erros são os seus acionistas, que desconheciam a existência de operações de alto risco. Presumo que toda a direção deve responder por tais erros, na medida em que responde, lato sensu, pela condução dos negócios da empresa. A questão subjacente é se os dirigentes da empresa, como pessoas físicas, deverão responder pelos lucros cessantes de seus acionistas por meio de uma ação regressiva ajudada pela empresa ou diretamente pelos seus acionistas."

ALEXANDRE CAMPOS
alexandre_campos@ymail.com

Correção

A Interfloor informa que apesar de ser uma marca italiana, importa seus produtos da China e da Argentina, e não da China e da Itália conforme publicado na coluna Blue Chip de 24/09.

O banco Credit Suisse informou que não revisou de 20% para 10% sua projeção de alta do preço do minério de ferro em 2009, como foi publicado hoje na reportagem "A cartada da China contra a Vale", na página B1.

O reequilíbrio do mundo

O epicentro do mundo está mudando e, sem dúvida, este século será dos emergentes. Por Javier Santiso

O capitalismo internacional presencia um giro de grande magnitude. À medida que a crise financeira das subprimes dos Estados Unidos contamina progressivamente a esfera da economia real, acelera-se o enfraquecimento da primeira potência econômica do Século XX, arrastando com ela parte dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Paralelamente, os países emergentes, encabeçados pela China, despontam com vigor: sem dúvida, este século será o dos emergentes.

Nem tudo, porém, é novo debaixo do sol: há 150 anos, a China concentrava mais de 30% do PIB mundial, de acordo com as estimativas do economista Angus Maddison, publicadas pelo Centro de Desenvolvimento da OCDE. Poderia se dizer que o Século XX foi apenas um parêntese na história econômica internacional e a China recobra agora a posição que não deixou de ter até o fim do Século XIX. A grande diferença entre ontem e hoje é obviamente que o ressurgimento da China agora é diferente: ao contrário do ocorrido anteriormente, sua economia hoje aposta na inserção e abertura internacional.

O reequilíbrio que vivemos culminará mais cedo ou mais tarde na derrocada dos EUA como primeira potência mundial. O Goldman Sachs prognostica que assim será em 2025. Nas estimativas realizadas pelo Centro de Desenvolvimento da OCDE, a data é ainda mais próxima: 2015. Em outras palavras, amanhã. Não importa quando exatamente será a capotagem, o certo é que caberá a nossa geração vivenciá-la. Este reequilíbrio do mundo é maciço e generalizado: empresarial, comercial, financeiro e geoeconômico.

Do ponto de vista empresarial, assistimos ao auge das multinacionais de países emergentes. O acesso ao capital internacional, a um custo comparável ao de seus pares na OCDE, foi um fator decisivo na década de 90 que lhes permitiu focar em aquisições de ponta, inclusive em países da OCDE, que há apenas 10 anos estavam fora de alcance.

Dessa forma, a indiana Mittal arrebatou a europeia Arcelor, a chinesa Lenovo levou os ativos da imensa IBM, dos EUA. A mexicana Cemex tornou-se, graças a aquisições na Espanha, Inglaterra e Austrália, a terceira maior produtora de cimento do mundo e a maior dos EUA. No Brasil, emergiram empresas como a Petrobras, cujo valor de mercado supera qualquer empresa integrante do índice acionário referencial espanhol Ibex 35, e



é superior às gigantescas Shell ou Wal-Mart. Sua compatriota Vale é, hoje, uma das maiores mineradoras do mundo, ao lado das anglo-australianas Rio Tinto e BHP Billiton. Na Índia, a Tata ganhou algumas jóias do antigo império britânico, comprando, uma após a outra, empresas simbólicas, como Tetley, Corus e, agora, Jaguar e Land Rover. Em 2007, os investimentos externos diretos de países emergentes no estrangeiro chegaram a 20% do total mundial. Há 20 anos, inexistiam. Os países da OCDE eram responsáveis por 100% de todo o investimento externo direto no mundo.

O número de transações de fusões e aquisições originadas por empresas procedentes dos países emergentes, tendo como alvo operações na OCDE, também cresceu de forma espetacular, a um ritmo anual de 26% nos últimos cinco anos. Estas transações ainda representam apenas uma pequena parte do total mundial (6% do total em 2007). Contudo, o dinamismo é cada vez maior, com a Índia liderando o processo à frente da Malásia e China. Da mesma forma, China e Índia tornaram-se em 2007 os países mais atraentes do mundo para investimentos das multinacionais, à frente dos EUA.

Do ponto de vista comercial, os fluxos deixaram de estar polarizados pelos países da OCDE. Embora continuem concentrando o grosso dos fluxos internacionais, em 2007, pela primeira vez os intercâmbios comerciais dos países

se diversificaram: as exportações destes para outros países emergentes superaram as exportações aos países da OCDE. Presenciamos uma explosão dos intercâmbios comerciais entre China e África; e China e América Latina. Ambos continentes, África e América Latina, deixaram, assim, de ser os quintais das potências ocidentais. Na África, as petrolíferas e mineradoras dos novos mundos, não apenas chinesas, mas também indianas, russas e brasileiras, agora concorrem com igualdade contra suas rivais ocidentais.

O Século XX foi um parêntese na história econômica e agora a China recobra a posição que não deixou de ter até o fim do Século XIX

No âmbito financeiro, os centros nervosos que continuam dominantes, a City londrina e Wall Street, em Nova York, estão vendo brotar novos concorrentes em lugares exóticos, como Dubai, Hong Kong e Cingapura. No ano passado, os países emergentes realizaram quase 40% do total aberturas de capital, de acordo com a Merrill Lynch e CapGemini. Os ativos administrados por fundos soberanos de países emergentes já superaram os geridos por todo o setor de fundos hedge dos países da OCDE. Hoje, mais de

70% das reservas internacionais estão em mãos dos países emergentes.

A crise das "subprime" é, de fato, emblemática da reversão que vem ocorrendo: pela primeira vez na história, as instituições financeiras (do suposto) primeiro fundo foram resgatadas pelas do Terceiro Mundo. As instituições de concessão de crédito de última instância dos bancos de Wall Street e da City estavam, de forma paradoxal, em Abu Dabi, Pequim e Cingapura, com Washington e Londres vendo tudo pasmados e ao mesmo tempo aliviados pelo resgate por parte de salvadores que há apenas 10 anos seriam inimagináveis. No total, estes fundos destinaram mais de US\$ 40 bilhões a ícones do capitalismo financeiro ocidental.

Como todos os reequilíbrios, o que estamos vivendo trará consigo períodos de tensão. O epicentro do mundo está se deslocando ao Oriente. Isso não significa que as potências da OCDE desvanecessem, mas, antes disso, que o reequilíbrio se dá por meio da emergência de um mundo economicamente muito mais multipolar. A grande notícia — ainda por celebrar — está aqui: pela primeira vez na história econômica recente, os ganhadores da globalização deixaram de estar concentrados nos países da OCDE.

Javier Santiso é diretor e economista-chefe do OCDE e presidente da Rede de Mercados Emergentes da OCDE (EmNet)